

recursos", segundo as palavras do próprio Ismael. E ele faz uma sugestão simples, para prender o homem ao campo: a construção, por meio do BNH, de casas em diversas pequenas comunidades, que seriam vendidas apenas aos que se interessam pelo trabalho rural e que tenham elementos para manejar as terras, recebendo algum conforto, como luz, água, esgoto.

Como justificativa, palavras igualmente singelas: "Para mim", diz ele, "não se justifica que as cidades cresçam e se embelezem, enquanto o campo, com as poucas famílias que possui, ainda tem casas de barro ou de pau-a-pique, com o risco de doenças comuns ao meio, como a verminose e o mal de Chagas".

Ele considera ainda que, devido ao êxodo rural, as escolas da região contam com apenas quinze alunos, e que o agrupamento de famílias pela construção de comunidades irá fortalecer o curso primário e dar condições inclusive à criação do ensino de segundo grau.

É preciso que esses problemas sejam cuidadosamente observados pelo Governo, já que parece ser urgente a adoção de novas medidas que fixem a população no campo em definitivo, a fim de evitar o declínio da produtividade agropecuária. Apóio, portanto, a reivindicação do Vereador João Adalberto de Andrade e do Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, Dr. Sérgio Marcos de Souza, no sentido de que sejam promovidas medidas acauteladoras por parte do Governo, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Interior, ou de qualquer outro órgão competente, no sentido de evitar o aumento do êxodo rural.

**O SR. JOEL LIMA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos, nesta hora, que o Ministro Eduardo Portella revelasse à Nação o fim da greve do magistério fluminense, apesar da intervenção que veladamente desejou fazer no Estado que o acolhe como filho e profissional.

Contudo, sentiríamos muito se esse fato tivesse ocorrido, pois, se assim fosse, passaria ele um atestado de intransigência a nós outros, que temos a obrigação maior de, através do diálogo, encontrar uma solução para a greve do magistério fluminense, que ultrapassa, nesta data, mais de vinte dias, precisamente 24 dias, sem que até agora tenha sido possível uma solução que atenda aos interesses do Estado em consonância com as justas reivindicações dos professores.

Somos contra a intervenção em assunto que é da exclusiva competência do Estado, ou seja, do Governo e da população. Lamentamos o atual estado de coisas do ensino público do Rio de Janeiro, onde a incompreensão continua substituindo a inteligência.

Quero repetir, neste instante: somos contra a intervenção, mesmo diante das explicações oficiais dadas pelo MEC-RJ, quando afirmou ser apenas de bom senso aquela medida. Consideramos, sim, ser um verdadeiro contrasenso, parecendo que aquele gesto ministerial tenha por escopo promover uma tentativa de intimidação do magistério, que sinceramente esperamos não tenha conseguido.

Finalizamos, Sr. Presidente, confiantes em que para os problemas fluminenses haverá sempre uma solução fluminense.

**O SR. AUDALIO DANTAS (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso Nacional inicia hoje a discussão de um projeto que, antes de ser de anistia, encerra clara manobra política de um regime que insiste em sua perpetuação, apesar do repúdio da maioria esmagadora do povo brasileiro.

O conteúdo desse projeto, assim como o do substitutivo aprovado na Comissão Mista do Congresso Nacional graças à insensibilidade dos representantes do partido situacionista, mereceu a condenação unânime das entidades mais representativas do País, dos sindicatos de trabalhadores e das entidades estudantis à Associação Brasileira de Imprensa, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Este projeto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi rejeitado pela Nação.

A bandeira que o povo brasileiro empunhou, a bandeira da pacificação nacional através da anistia ampla, geral e irrestrita, não será jogada por terra. A bandeira da anistia continuará nas mãos do povo. Desta vez, mais do que nunca, ficará claro o jogo do regime, que, com sua falsa abertura, vem-se apossando das bandeiras da Oposição e jogando-as, uma a uma, no chão de sua insensibilidade aos clamores que vêm das partes mais distantes do País e, sobretudo, do fundo das prisões.

Podem parecer aos serviços de plantão que o Governo do General João Baptista de Figueiredo consegue enganar a opinião pú-

blica ao fazer crer que atende aos seus anseios, como no caso da anistia. Se, durante algum tempo, sob governos anteriores, foi possível ludibriar a opinião pública, o mesmo não acontece hoje, apesar do aperfeiçoamento da máquina de propaganda do regime.

Efetivamente, nos últimos dez anos, tornou-se hábito, nas duas Casas do Congresso, a liderança governista rejeitar proposições do Movimento Democrático Brasileiro, para, logo depois, apoiar anteprojeto, com clara analogia, procedentes do Executivo.

Na verdade, são alterações grosseiras das idéias originais, pois em seu conteúdo os projetos oriundos do Planalto escamoteiam substancial, ou seja, o que atende realmente as reivindicações populares.

Este o sentido da anistia proposta pelo Executivo. Não é a anistia que a Oposição reclama, interpretando os anseios nacionais de uma verdadeira pacificação; não é a anistia verdadeira dos políticos, dos trabalhadores, dos estudantes, dos cientistas, de quantos sofreram, sem qualquer forma de processo, punições ditas revolucionárias, com base nos atos institucionais e na sua legislação complementar.

E por não ser esta a anistia reclamada pelo povo, todas as forças vivas e as representações mais conscientes da Nação denunciam, hoje, o projeto restritivo enviado ao Congresso Nacional.

Ao clamor popular, como sempre, os expoentes do regime autoritário permanecem insensíveis.

Neste momento, neste justo momento em que discutimos o projeto e seu substitutivo, 49 presos políticos, em diversas partes do País, encontram-se em greve de fome, tentando por esse meio desesperado protestar contra a mesquinhez de uma anistia que mantém fechados os cárceres.

O mundo inteiro tomou conhecimento do drama que se desenrola nos presidios políticos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Recife, de Fortaleza, de Salvador. Alguns dos presos políticos, como os do Rio de Janeiro, completam hoje 30 dias de greve de fome e correm iminente perigo de vida.

Que podemos nós, neste momento em que seres humanos podem estar morrendo? Que podemos nós diante do todo-poderoso regime, que tem medo de abrir as portas dos cárceres em que mantém seus adversários?

Podemos e devemos, como o fazemos agora, denunciar a iniquidade, responsabilizar este Governo pela vida dos prisioneiros que tem sob sua guarda.

O argumento de que eles não podem receber o benefício da anistia por serem terroristas já foi suficientemente desmoralizado. O povo já percebeu o absurdo dessa situação, pois as razões invocadas para a não concessão da anistia aos que recorreram à violência não têm consistência alguma. A violência, no caso, decorreu de uma violência incomparavelmente maior, institucionalizada.

Quero se diz ser impossível anistiar terroristas, pergunta-se: quem mais do que aqueles que empolgaram o Poder em 1964 utilizou o terror como instrumento político? Por acaso não foi terror o que assistimos durante os longos e negros anos das invasões de domicílios, prisões ilegais, torturas, assassinatos a sangue frio por parte dos agentes ostensivos e ocultos do regime?

Excluem-se da anistia os autores dos chamados "delitos de sangue", como se de sangue não fossem os crimes praticados nas câmaras de tortura mantidas pelo regime de 1964; excluem-se os seqüestradores, como se não tivessem os agentes do regime seqüestrado a mão armada nas ruas, nos lares, nos locais de trabalho.

São excluídos da anistia aqueles que viram, como única solução para a eliminação do arbítrio, pegar em armas. Nega-se o benefício do esquecimento a estes, enquanto se pretende anistiar os que, senhores da força, praticaram crimes contra prisioneiros.

Por tudo isso, hoje, a Nação está de olhos voltados para o Congresso Nacional.

Nunca, nesse período de obscurantismo que o País vive, o povo se mobilizou como agora, para reclamar uma providência. A campanha pela anistia movimentou as classes trabalhadoras, as universidades, as igrejas, as associações de classe.

O Governo, até agora, mantém-se insensível a esse clamor, recusando-se a dar ao seu projeto de anistia a amplitude que a consciência nacional exige.

A Nação continua à espera de um gesto de grandeza, que pode nascer amanhã, no Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.